

Clássicos das Relações Internacionais reúne, na forma de coletânea comentada, a produção teórica de um conjunto de notáveis e influentes intelectuais cuja produção atingiu forte impacto no ensino e na pesquisa das relações internacionais contemporâneas. Publicação pioneira no Brasil, que carecia de uma obra sistemática de grandes autores de um campo de conhecimento tão importante nos nossos dias, o livro reúne artigos inéditos de pesquisadores de reconhecida trajetória intelectual no campo das relações internacionais brasileiras. Preenche-se assim um vácuo que existia na produção bibliográfica das ciências humanas de língua portuguesa.

EDITORA HUCITEC
PARA VOCÊ LER E RELER

38
1971 | 2009



ISBN: 978-85-797-023-1



9 788579 700231



Temas Atuais

Marcelo de Almeida Medeiros
Marcos Costa Lima
Rafael Villa
Rossana Rocha Reis

CLÁSSICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS



EDITORA HUCITEC

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TÍTULOS PUBLICADOS

- A Antártida no Sistema Internacional*, Rafael Duarte Villa
Panorama Brasileiro de Paz e Segurança, Clóvis Brigagão & Domício Proença Jr. (orgs.)
Paz & Terrorismo, Clóvis Brigagão & Domício Proença Jr. (orgs.)
Os Excluídos da Arca de Noé, Argemiro Procópio (org.)
Ensaio Latino-Americanos de Política Internacional, Rafael Duarte Villa & Suzeley Kalil (orgs.)
A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a Atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910), Paulo José dos Reis Pereira
Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998), Rossana Rocha Reis
Movimento Cocalheiro na Bolívia, Vivian Urquidi
¿Obligación de Proteger o Caballo de Troya?, Miryam de Souza Minayo
Estados Unidos e Israel: uma Aliança em Questão, Samuel Feldberg
Clássicos das Relações Internacionais, Marcelo de Almeida Medeiros, Rafael Duarte Villa, Marcos Costa Lima & Rossana Rocha Reis
Segurança Internacional. Práticas, Tendências e Conceitos, Marco Cepik (ed.)

clássicos
das
relações internacionais

kenneth waltz

MARCO CEPIK
LUIZA SCHNEIDER

KENNETH WALTZ É UM DOS AUTORES MAIS IMPORTANTES no campo das Relações Internacionais. Ao longo de sua carreira acadêmica de mais de cinco décadas, ele foi testemunha e artífice de significativos avanços teóricos e metodológicos no âmbito da pesquisa sobre política internacional, procurando superar simultaneamente o Realismo e o Liberalismo. Combinando ética consequencialista, agenda realista e método científico, Waltz dividiu a história da disciplina de Relações Internacionais em antes e depois de sua obra.

Sendo, por um lado, largamente respeitado, ele também foi amplamente criticado com maior ou menor conhecimento de causa por pesquisadores e polemistas de correntes teóricas diversas, desde o marxismo e o construtivismo, até o liberalismo e o realismo. Um tema comum a todos os críticos (e bastante simples de ser refutado) refere-se ao que percebem como simplismo e alheamento da complexa realidade internacional na teoria de Waltz. No entanto, Waltz rebateu reiteradamente tais críticas afirmando a importância da parcimônia e, principalmente, reafirmando seu objetivo central: explicar a política internacional e não descrever a totalidade das relações internacionais. O mesmo acontece com a escolha de Waltz pelos Estados como os atores principais do sistema internacional (SI): acusado de simplismo, ele rebate afirmando que sua escolha é baseada no caráter determinante que os Estados possuem, não na negação de outros atores.¹

Waltz é um teórico obrigatório na formação de qualquer profissional da área. Por isso, comentaremos neste texto algumas de suas contribuições mais importantes, bem como algumas das críticas feitas a ele. O artigo será dividido em cinco seções: a primeira é composta por essa introdução e por uma breve nota biográfica do autor. A segunda seção aborda a Teoria da Política Internacional de Waltz, desenvolvida entre 1959 e 1979. A terceira seção analisa as críticas elaboradas por autores realistas e liberais institucionalistas. A quarta seção explora os limites da unipolaridade após o final da Guerra Fria. A última seção é composta por breves considerações finais sobre a metodologia científica de inspiração lakatosiana do autor.

Kenneth Waltz nasceu em 1924, em Ann Arbor, no estado de Michigan, Estados Unidos. Suas primeiras escolhas profissionais, ainda estudante no ensino médio, foram relacionadas à Matemática e, em seguida, à Economia.² Contudo, ao iniciar seus estudos na Universidade de Columbia, percebeu que a Economia não lhe atraía o suficiente, o que o fez optar pela Filosofia Política.³

Waltz concluiu o doutorado na Universidade de Colúmbia em 1954, e sua tese foi publicada em 1959, sob o título *Man, the State and war: a theoretical analysis*. Depois de titular-se, Waltz lecionou em algumas universidades, permanecendo por vinte e cinco anos na Universidade da Califórnia (1971-1994). Em 1979, publicou seu trabalho mais importante e seminal, a *Theory of international politics*.

Em 1997, Waltz retornou à Universidade de Colúmbia como professor, na qual leciona até hoje. Ele também é atualmente professor emérito de Ciência Política da Universidade da Califórnia em Berkeley. Além disso, Waltz foi presidente da American Political Science Association (Apsa) em 1987-1988, associação da qual receberia, em 1999, o prêmio James Madison por destacadas contribuições acadêmicas à Ciência Política. Em 2008, foi publicado pela editora Routledge um volume reunindo textos importantes de Waltz, tanto teóricos quanto de análise de política internacional e de política externa dos Estados Unidos, publicados originalmente entre 1962 e 2003, o qual recebeu o título de *Realism and international politics*.⁴

A Teoria da Política Internacional: 1959-1979

O desenvolvimento da Teoria da Política Internacional de Kenneth Waltz teve início com sua tese de doutoramento, publicada em 1959 sob o título de *O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica*. Nesse primeiro trabalho, Waltz desenvolveu certos aspectos fundamentais para o trabalho posterior.⁵

Seu objetivo era chegar a uma explicação plausível das causas da guerra. Para isso, analisou três imagens ou níveis nos quais as explicações da guerra situavam-se até então: em primeiro lugar, a natureza humana, em segundo lugar, o Estado e em terceiro lugar o sistema de Estados. É a recusa da plausibilidade causal das duas primeiras imagens e a predominância da terceira que levarão Waltz a dar os primeiros passos rumo a uma explicação *estrutural* ou *sistêmica* do comportamento dos Estados. Uma breve análise das três imagens é interessante para que tenhamos ideia do percurso do raciocínio waltziano, sempre lembrando que o autor não afirma que as imagens são independentes, pelo contrário: “a popularidade de uma imagem varia de acordo com a época e o lugar, mas nenhuma imagem específica chega a ser adequada” (2004, p. 279).⁶ No entanto, a terceira imagem é, para ele, predominante na determinação das causas da guerra no sentido de que, sem ela, as outras duas imagens são incompletas.

Na primeira imagem, Waltz mostra como filósofos e teóricos políticos relacionaram as causas da guerra à natureza do homem. Ou seja, o egoísmo e a maldade intrínsecos à espécie humana seriam as principais razões pelas quais os Estados entrariam em guerra. Líderes despóticos, egoístas e loucos estariam na raiz dos conflitos internacionais. No entanto, Waltz alerta para os perigos desse caminho: em sendo a natureza humana constante à nossa espécie, como explicar períodos de paz? A natureza humana, por estar constante, não pode explicar os fenômenos políticos e sociais. “O fator psicológico é demasiadamente geral para predeterminar o curso dos fenômenos sociais” (Durkheim, apud: Waltz, 2004, p. 37).⁷ O autor, nesse sentido, rejeita as explicações que priorizam a primeira imagem.

A segunda imagem, composta pela organização interna dos Estados, é tão enganosa como a primeira, para o autor. O argumento formula-se

da seguinte forma: se a organização interna dos Estados é a fonte das causas da guerra, é possível acreditar que uma mudança no Estado provocaria a emergência da paz ou, que, por outro lado, existiriam Estados intrinsecamente guerreiros e Estados intrinsecamente pacíficos. O ponto de Waltz refuta a segunda imagem porque, para ele, não existem Estados bons e maus, mas sim Estados que vivem sob um sistema anárquico e que, em razão disso, devem buscar sua sobrevivência. Sendo assim, do ponto de vista da explicação das causas da guerra, não importaria tanto se um Estado é capitalista ou socialista, para utilizar a classificação da Guerra Fria, ou se é democrático ou ditatorial em seu regime político, mas sim o que importa decisivamente é o imperativo que todos os Estados têm de prover a sua própria segurança em um sistema internacional caracterizado pela ausência de governo central e pela incerteza.

Portanto, para Waltz a terceira imagem, esta sim, seria determinante do comportamento dos atores no SI. A ideia principal, a qual Waltz refina e sofisticada, é baseada em Rousseau e nos teóricos do contrato social: os homens viviam em guerra no Estado de natureza porque não havia uma autoridade capaz de sancioná-los e induzi-los a cumprir as regras do jogo. Assim o é com os Estados. “Não é acidental, mas necessário, que ocorram acidentes entre particularidades: [. . .] na anarquia, não há harmonia automática”⁸ (Waltz, 2004, p. 225). Ou seja, uma vez que não há uma autoridade capaz de sancionar e constringer os atores a cumprir as regras, esses atores precisam assegurar sua sobrevivência por meios próprios. A ideia de um sistema de autoajuda, ainda não desenvolvida nesse livro, não obstante fica clara.

Em suma, “de acordo com a terceira imagem, existe uma possibilidade constante de guerra num mundo em que há dois ou mais Estados buscando promover um determinado conjunto de interesses e em que inexistem um órgão acima deles [. . .]” (2004, p. 281).⁹ A ausência de autoridade, por sua vez, tem consequências profundas sobre o SI. Como todos agem em prol de si mesmos, não há nada que assegure interesses gerais perante os interesses particulares. Como há incerteza e desconfiança generalizada, os atores tendem a jogar um jogo de soma zero: o poder e as capacidades são relativos e não absolutos e, dessa forma, quando um Estado ganha o outro necessariamente perde. O ponto é mostrar a relevância do ambiente em que os Estados estão inseridos

para melhor compreensão de suas atitudes. Sendo assim, fazendo menção à teoria dos jogos, ele afirma que ao estarem incluídos em uma sociedade anárquica, os Estados precisam, ao agir, levar em consideração as ações de todos os outros Estados. A base conceitual que dará origem à estrutura do Sistema Internacional desenvolvida pelo autor em 1979 é essa *estrutura de ação*, que condiciona os atores e incentiva um comportamento egoísta e violento.

A partir desse grande esboço realizado em 1959, Waltz desenvolve então, até 1979, a teoria da política internacional de forma mais acabada. A motivação persistiu a mesma: explicar o comportamento dos Estados enquanto atores imersos em um meio que os constrange e influencia. Para isso, ele passa à definição de “estrutura”. “O conceito de estrutura baseia-se no fato das unidades justapostas e combinadas de forma diferente produzirem diferentes resultantes” (2002, p. 116).¹⁰ A chave está em compreender que entre as ações individuais e os resultados finais há um constrangimento estrutural que muda esses resultados, tornando-os diferentes das vontades individuais.¹¹

Sendo assim, se as estruturas políticas condicionam os processos políticos, de que forma Waltz concebe esse constrangimento? Digamos que um país X queira a paz com todos os demais. Em sendo assim, qual é o caminho individual mais coerente para atingir este objetivo? O desarmamento, diriam alguns. No entanto, ao proceder ao desarmamento, chegaria o país X à paz? Não. Pelo contrário, ele seria punido pela estrutura anárquica que deflagraria seu enfraquecimento e abriria oportunidades para sua eliminação do Sistema Internacional. Como a incerteza impera não apenas pelo fato de a informação ser imperfeita, mas também porque as percepções são distorcidas, os atores devem levar em conta não apenas as capacidades, ações e intenções passadas dos outros Estados, mas também suas possíveis capacidades, ações e intenções futuras. A estrutura constrange os atores a buscar sua sobrevivência e é, por sua vez, composta por três fatores: o princípio ordenador, o caráter das unidades e a distribuição das capacidades.

O primeiro e principal componente da estrutura é o princípio pelo qual as partes estão ordenadas. Isto é, há alguma autoridade que sancione os atores ou, pelo contrário, há anarquia e “estado de natureza”? As partes estão ordenadas segundo um princípio de hierarquia ou de anarquia? O princípio anárquico do Sistema Internacional (SI) define a es-

trutura internacional: atores que buscam sua sobrevivência são constrangidos a permanecer alertas e a maximizar suas oportunidades de sobreviver, mesmo que por meios violentos. Isso acontece porque não há uma autoridade além dos Estados que os faça cumprir regras ou comportamentos. Pelo contrário, em não havendo poder que assegure a sua sobrevivência, os Estados têm de operar em um sistema de autoajuda, ao qual retornaremos em breve.

O segundo componente dessa estrutura diz respeito à similitude das unidades que compõem o sistema internacional: “A hierarquia impõe relações [. . .] de subordinação entre as partes de um sistema, e isso implica sua diferenciação. [. . .] A anarquia impõe relações de coordenação entre as unidades [. . .], e isso implica a sua semelhança” (2002, p. 132).¹² É porque não há hierarquia, não há autoridade, que cada Estado deve contar apenas consigo para garantir sua sobrevivência e, dessa forma, se reduz a especialização do trabalho político internacional e o sistema internacional fica sendo caracterizado pela baixa diferenciação funcional entre as partes que o compõem, ou seja, suas unidades estatais. Os Estados não podem abrir mão da produção de alguma indústria essencial, ou de sua defesa, porque não podem contar com a cooperação eterna de outros Estados. Como todos os Estados precisam desenvolver as mesmas funções de arrecadação de recursos, tomada de decisões, implementação de políticas, aplicação de justiça, etc., existe baixa complementaridade entre as partes. E onde existe pouca interdependência entre as partes predomina a baixa coesão em um sistema. O segundo componente, portanto, é consequência do princípio anárquico e o reforça.

Por fim, o terceiro elemento que compõe a estrutura é a distribuição das capacidades das unidades. “As unidades de um sistema anárquico são distinguidas primariamente pelas suas maiores ou menores capacidades para desempenhar tarefas similares” (2002, p. 137).¹³ Note-se que é precisamente porque as unidades são pouco diferenciadas do ponto de vista das funções desempenhadas que o traço que as distingue entre si passa a ser o tamanho de seus recursos (território, população, recursos naturais, riqueza, força militar. . .). Embora tais características individuais de cada Estado *não* sejam um atributo da estrutura do sistema e sim das unidades que o compõem, a maneira como tais capacidades estão distribuídas constitui o terceiro elemento da estrutura

política do sistema internacional. De maneira geral, há três tipos possíveis de distribuição de capacidades, dependendo de como o poder está distribuído entre os Estados no SI: unipolar, bipolar e multipolar. É devido ao princípio anárquico, à baixa diferenciação funcional e à diferença entre suas capacidades que os Estados são levados a considerar uns aos outros quando agem e, sendo assim, são levados a considerar também sua força *relativamente* à força dos outros países.

Dada a estrutura política peculiar do sistema internacional, Waltz constata que os Estados são constrangidos a maximizar sua própria segurança como condição para realizarem quaisquer outros fins. “Um sistema de autoajuda é um sistema no qual aqueles que não se ajudam a si mesmos, ou os que o fazem menos eficazmente do que outros, não conseguirão prosperar [. . .]” (2002, p. 165).¹⁴ Dessa forma, “para alcançar os seus objetivos e manter sua segurança, as unidades numa condição de anarquia [. . .] devem confiar nos meios que podem gerar e nos acordos que podem fazer por elas próprias. Autoajuda é, necessariamente, o princípio de ação numa ordem anárquica” (2002, p. 157).¹⁵ Nesse sentido, se o Estado busca, em primeiro lugar, sua sobrevivência, as estratégias que o sistema anárquico propicia são diversas, mas uma delas se destaca: a balança de poder, um conceito bastante caro aos neorrealistas estruturais.

Waltz inicia a análise dos microfundamentos de sua teoria estrutural da balança de poder destacando seus pressupostos teóricos. Em primeiro lugar, os Estados tendem a comportar-se racionalmente diante dos constrangimentos impostos pela estrutura política do sistema internacional. A pressuposição de racionalidade é acompanhada de outra simplificação necessária à explicação: tais Estados são considerados como se fossem atores unitários buscando garantir sua sobrevivência como condição *sine qua non* para todo o resto. Assim, Waltz rompe com a tradição realista que atribuía o comportamento dos Estados e a ocorrência de guerras a algum tipo de vontade de poder imanente. Claro que, obtida a condição mínima necessária de segurança, a maximização desta segurança, em condições extremas, poderia levar algum Estado a procurar obter o domínio universal. Entretanto, a teoria prediz que qualquer Estado que assim proceder tenderá a acelerar o processo de formação de uma aliança contrabalançante visando enfraquecê-lo relativamente. Ou seja, embora o sistema quase nunca *esteja* em equilí-

brio, ele *tende* ao equilíbrio por causa do mecanismo da balança de poder. Note-se que equilíbrio, aqui, está longe de querer dizer paz universal ou simetria de forças.

Pelo contrário, para se manterem seguros e impedirem outros Estados de se tornarem muito poderosos, os Estados tendem a desenvolver esforços internos ou externos. Externamente, podem tentar formar alianças ou enfrentar militarmente seus inimigos. Internamente, podem tentar acumular recursos de poder a taxas mais elevadas do que os demais Estados. Seja como for, o jogo político internacional requer no mínimo dois jogadores (2002, p. 164). A partir daí, segundo o autor, as balanças de poder se formam, não pelo desejo dos atores, mas como resultado da busca pela sobrevivência e, conseqüentemente, pela lógica da contenção de poderes muito discrepantes.

Apesar de considerar que o comportamento balanceador é predominante entre os Estados ao longo da história, o próprio Waltz alerta para o fato de que, ocasionalmente e sempre correndo o risco de esquecer-se de que Estados não têm amigos, apenas interesses, os Estados podem optar por estratégias distintas tendo em vista a finalidade de maximização da segurança. Por exemplo, julgando ser o balanceamento interno muito custoso, ou o balanceamento externo inviável pelo excesso de poder já acumulado pelo outro Estado mais forte, um Estado mais fraco pode decidir aliar-se ao mais forte (*bandwagoning*).¹⁶ Por fim, Waltz afirma que não se espera que o equilíbrio da balança de poder se mantenha, mas sim que surja: “A expectativa não é que um equilíbrio, uma vez alcançado, seja mantido, mas que um equilíbrio, uma vez interrompido, seja restaurado de uma forma ou de outra” (2002, p. 178).¹⁷

Em suma, os Estados são atores unitários e racionais que maximizam sua segurança. Operam em um ambiente estrutural anárquico, no qual não existe governo central com autoridade e poder que garanta o cumprimento dos acordos, a justiça ou impeça comportamentos violentos das demais unidades do sistema. Em sendo assim, cada um pode contar apenas com os seus próprios meios, e também alianças, atuando em um sistema de autoajuda. Esse sistema encoraja os atores a contrabalançarem e enfraquecerem os mais poderosos, ou a juntarem-se a eles se esta lhes parecer ser a única maneira de garantir um mínimo de segurança. A estrutura constrange os atores, pois erros de cálculo podem resultar em insegurança aumentada e ameaças existenciais. Dado

este conjunto de pressuposições e hipóteses, o sistema internacional caracteriza-se por conflito endêmico e a teoria da política internacional pretende ser capaz de explicar as causas estruturais da guerra e da paz, mas não a política externa de nenhum Estado em particular.

Críticas institucionalistas e realistas

Como não seria possível revisitar aqui todos os debates críticos suscitados pela obra de Kenneth Waltz, decidimos restringir nossos comentários a dois tipos de críticas, a saber, à crítica liberal-institucionalista e à crítica realista da teoria waltziana.

No caso dos liberais-institucionalistas, examinaremos um texto de Robert Keohane intitulado "Theory of world politics", publicado no livro organizado pelo mesmo autor, *Neorealism and its critics* (1986). Em relação às críticas realistas, o foco recairá sobre o realismo neoclássico.

Robert Keohane (1986) iniciou seu texto com críticas preliminares de cunho metodológico sobre as pretensas ambiguidades de Waltz e do realismo em geral.¹⁸ Após esses comentários mais rápidos, o autor se deteve sobre dois pontos relevantes: em primeiro lugar, debate o que ele avalia como o problema de considerar os interesses dos Estados como dados. Em segundo lugar, de maneira mais aprofundada, Keohane discute a questão da fungibilidade do poder.¹⁹

Sobre as preferências dos atores, Keohane (1986, p. 182) afirma que não é possível deduzir dos constrangimentos externos os interesses de cada país. Em sendo assim, os teóricos realistas precisam tomar os interesses como dados. Ou seja, para o realismo "dados os interesses dos Estados, cujas origens não são previstas pela teoria, padrões de resultado serão determinados pela distribuição de poder entre os Estados" (Keohane, 1986, p. 183, tradução livre).²⁰ O autor argumenta então que o realismo perderia poder preditivo e explicativo ao ignorar os interesses e, conseqüentemente, a esfera doméstica dos Estados. Ora, Waltz jamais recusou a importância de se tentar formular uma teoria da política externa complementar à teoria da política internacional. Apenas circunscreveu a sua tarefa ao segundo esforço. O objetivo de Waltz ao elaborar uma teoria estrutural da política internacional era, exatamente, mostrar como, independentemente de interesses, existia um

padrão regular nos resultados das interações entre Estados. Ou seja, ele procurou demonstrar como a estrutura constrange e como as análises anteriores ignoraram tal condicionamento proporcionado pelo sistema de Estados.

A segunda crítica de Keohane é mais elaborada. Para os realistas, afirma ele, o poder é um item fungível ou tem fungibilidade. Isto é, uma grande quantidade de poder militar, para utilizar um exemplo bastante realista, poderia ser utilizada em negociações sobre qualquer assunto. "A predileção por uma teoria parcimoniosa conduz os realistas a uma noção unitária de poder como homogêneo e utilizável para uma variedade de propósitos [. . .]" (Keohane, 1986, p. 184, tradução livre).²¹ No entanto, segundo ele, a realidade internacional não seria assim. Existiriam diferentes estruturas ou arenas, nas quais a distribuição de poder varia e, logo, os resultados esperados também variam. Ou seja, em assuntos alheios aos poderes militares, podem existir potências que não são as que na guerra predominam. "Isso leva [. . .] a uma visão do mundo muito mais diferenciada, na qual [. . .] teorias de «issue-structure» têm um papel maior e na qual [. . .] a força militar não está mais [. . .] no topo da hierarquia de recursos de poder" (Keohane, 1986, p. 184, tradução livre).²² Ainda segundo Keohane, as tentativas dos teóricos realistas de corrigir esse problema estariam tornando o realismo estrutural um programa de pesquisa degenerativo.²³

Sobre esse ponto, cabem dois comentários: primeiramente, a definição de Waltz não afirma que o poder ao qual ele se refere é apenas militar. É bem verdade que a prevalência da força militar é recorrente nas abordagens chamadas de realistas, mas no caso Waltz recusa explicitamente uma definição de poder baseada *exclusivamente* na posse de capacidades militares. Pelo contrário, Waltz reivindica uma definição de polo de poder bastante geral e, aliás, de difícil operacionalização empírica. "A sua posição [dos Estados no sistema] depende de como pontuam em *todos* os seguintes itens: tamanho da população e do território, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência" (Waltz, 2002, p. 182).

O segundo comentário a fazer é quanto ao possível *status* degenerativo do programa de pesquisa realista, crítica levantada não apenas por Keohane (1986), mas também por Vasquez (1997). Para esses autores, a proliferação de hipóteses auxiliares nas explicações realistas não

possuía poder explicativo, tornando o programa de pesquisa realista degenerativo. Randall Schweller rebateu essas críticas em um artigo curto e elucidativo (1997), mas elas serviram para que Waltz (2008) demarcasse mais claramente as diferenças entre seu programa de pesquisa e o do realismo clássico.

A partir das críticas, Keohane sugeriu então o que seria uma teoria explicativa com maior capacidade descritiva da realidade (algo que Waltz considera equivocado e antiteórico pretender) e, nela, ficam claras as expectativas normativas da crítica liberal-institucionalista. Nesse sentido, aos Estados seriam adicionados atores não estatais, como empresas, organizações não governamentais e instituições. Além disso, o pressuposto de que os Estados buscam poder seria também modificado, e o conceito de interesse seria utilizado, visando a diminuir a fungibilidade do poder assumida pelos realistas. Por fim, o papel das instituições internacionais como fornecedoras de informação e, conseqüentemente, diminuidoras da incerteza, resolveria ou atenuaria, para Keohane, a dificuldade de gerenciar problemas globais. No ensaio *Globalization and governance*, de 1999, Waltz (2008, pp. 239-45) demonstrou como as propostas de Keohane não apenas possuíam uma base empírica falha, mas que a lógica subjacente ao argumento era ainda mais precária.

Por seu turno, os realistas neoclássicos reprovaram em Waltz o que consideraram excessivo desleixo para com as variáveis da chamada segunda imagem. Segundo tais críticos, o realismo estrutural se propõe a explicar elementos muito gerais do comportamento dos atores, sendo assim, incapaz de dar conta das ações específicas dos Estados. Em outras palavras, o realismo waltziano talvez pudesse explicar por que os atores decidem formar coalizões/alianças em um dado momento e não em outro (em função de um desequilíbrio na balança de poder), ou até por que os Estados, eventualmente, entram em guerra (para restaurar ou manter o equilíbrio da balança de poder), mas seria incapaz de explicar por que os Estados Unidos tardaram a entrar na Segunda Guerra Mundial (explicável apenas por questões domésticas). Até aqui, os realistas neoclássicos poderiam apenas estar tentando complementar a teoria da política internacional com uma teoria da política externa, algo que o próprio Waltz já sustentara em 1979 ser necessário.²⁴

Entretanto, a maior parte das relações interestatais ficaria fora do escopo do realismo estrutural, devendo ser explicada por teorias de po-

lítica externa. Para tais teorias, a variável dependente não reside nos resultados internacionais, mas no comportamento individual e específico das unidades. Em outras palavras, uma teoria de política externa deve ser capaz de explicar por que um Estado decide *tentar* expandir (território ou influência) em um dado momento, enquanto uma teoria da política internacional deveria ser capaz de explicar por que o desígnio de tal Estado se concretizou ou não (Zakaria, 1998). Segundo Gideon Rose, o realismo neoclássico apresenta teorias de política externa capazes de incluir variáveis do primeiro e do segundo níveis de análise, embora não necessariamente compatíveis com a teoria da política internacional de Waltz:

“[O realismo neoclássico] incorpora explicitamente variáveis internas e externas, atualizando e sistematizando alguns *insights* do pensamento realista clássico. Seus defensores argumentam que o alcance e a ambição da política externa de um país é determinado, em primeiro lugar e principalmente por sua posição no sistema internacional e especificamente por suas capacidades materiais. Esta é a razão pela qual eles são realistas. Além disso, no entanto, eles argumentam que o impacto dessas capacidades na política externa é indireto e complexo, porque as pressões sistêmicas devem ser inseridas como variáveis intervenientes no nível da unidade. Esta é a razão pela qual eles são neoclássicos” (Rose, 1998, p. 145, tradução livre).²⁵

É importante notar que de modo geral os neoclássicos retomaram apenas alguns conceitos do realismo clássico, tentando compatibilizá-lo com o realismo estrutural. Entretanto, quando autores realistas neoclássicos negam a posição waltziana de que os Estados maximizam segurança eles terminam recorrendo a Hans Morgenthau (2003 [1948]) para ressuscitar a noção de maximização de poder como sendo a finalidade comum de todos os Estados (Zakaria, 1998; Schweller 1998), ou pelo menos das grandes potências (Mearsheimer, 2001).

Isso, no entanto, não significa que todos os neoclássicos sejam ofensivos, conforme se reivindicam Mearsheimer e outros. Uma consequência interessante da crítica do realismo neoclássico seria a possibilidade de explicar o comportamento “agressivo” das grandes potências de uma

maneira que o situe como algo menos anômalo do que se espera com base no viés *pró-status quo* decorrente da visão waltziana sobre a maximização de segurança. Uma vez que a teoria da balança de poder de Waltz sugere que a estrutura do sistema e o mecanismo da balança de poder estimulam as grandes potências a pelo menos tentarem manter a distribuição de capacidades existente em cada momento histórico, os realistas neoclássicos reivindicam que o comportamento “desviante” (agressivo/ofensivo) deveria ser explicado a partir de uma teoria de segunda imagem capaz de dar conta das razões que levaram o Estado a não se comportar de acordo com o “estímulo” estrutural. A solução de Mearsheimer (2001) separando as grandes potências em uma categoria distinta, em que a maximização de poder substituiria a maximização de segurança, mantidos os mesmos estímulos estruturais, nos parece analiticamente promissora, esbarrando apenas em uma dificuldade recorrente na literatura acerca do chamado “excepcionalismo” dos Estados Unidos, que segundo Mearsheimer (2001, pp. 234-66) atuaria de maneira mais moderada do que seu próprio modelo prevê, tornando-o assim inconsistente e excessivamente contaminado ideologicamente.

Segundo Rose (1998), a vantagem dos realistas neoclássicos sobre Waltz decorreria do fato de terem conseguido incorporar variáveis domésticas à análise de política externa. No entanto, isso por si só não constitui nenhuma novidade, pois:

“Se você examina atentamente as teorias dos realistas defensivos como Posen, Snyder e Van Evera, você verá que seus trabalhos se aproximam do modelo waltziano acima descrito. Especificamente, eles argumentam que a lógica sistêmica pode explicar parte do que acontece na política mundial, mas boa parte do comportamento dos Estados não é explicado pelo realismo. Sendo assim, precisamos de uma teoria alternativa, uma teoria de política externa, para explicar esses casos em que os Estados não agem racionalmente. Nesse sentido, Posen utiliza a teoria da organização, Snyder baseia-se no tipo de regime doméstico e Van Evera em militarismo. Cada um está preenchendo o lugar da política externa na arquitetura básica de Waltz. Em suma, realistas defensivos combinam o nível das unidades com teorias sistêmicas para explicar como o mundo funciona” (Mearsheimer, 2006, p. 112, tradução livre).²⁶

Ao elenco de obras citadas por Mearsheimer, poderíamos acrescentar ainda Walt (1990 [1987]) e Grieco (1990), em que ambos, partindo do realismo estrutural, utilizam a percepção dos tomadores de decisão para explicar determinadas decisões de política externa. Assim, o que há de novo nos neoclássicos não é propriamente o “olhar para dentro da caixa preta”, ou seja, não é uso de variáveis de primeira e segunda imagem que configuram a novidade analítica, mas o ímpeto em descrever processos internos (nesse sentido o método de *process-tracing* desempenha um papel central em todas as obras neoclássicas), bem como a revisão do tipo de estímulo oferecido pela estrutura do sistema internacional no caso das grandes potências.

Waltz e os limites da unipolaridade

A partir do final da Guerra Fria e ao longo da década de 1990, as mudanças na polaridade do Sistema Internacional (SI) obrigaram os teóricos de Relações Internacionais a pensar sobre a nova configuração de poder que se anunciava. Esse novo período histórico anunciava dois desafios às teorias realistas em diferentes programas de pesquisa.

Por um lado, parecia haver aumento da interdependência, crescimento das instituições e intensificação da globalização, conducentes, segundo os liberais, a um aumento da cooperação e ao predomínio de novos níveis de governança mundial. Sobre isso, Waltz escreveu em diversas ocasiões contrapondo-se às visões institucionalistas, da paz democrática e da interdependência.²⁷ Nem mesmo os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, que a tantos pareceram reforçar o caráter globalizante da política internacional de nosso tempo, chegaram a iludir Waltz a aceitar a validade de uma explicação que não fosse estadocêntrica.²⁸

Por outro lado, pela primeira vez na história moderna, o SI se tornava unipolar, com um só polo de poder contra quem aparentemente não seria possível nenhum tipo de contraposição, balanceamento interno ou externo, o que parecia conduzir a uma universalização do *bandwagoning* como conduta estatal no sistema.²⁹ Mesmo correndo o risco da redundância em relação a outros trabalhos já escritos sobre o tema, decidimos dar ênfase aqui a esta polêmica em torno da unipolaridade no sistema internacional e de sua maior ou menor estabilidade.³¹

Mesmo reconhecendo que suas expectativas sobre a rápida transformação da configuração de poder internacional de unipolar para multipolar estavam equivocadas, Christopher Layne (1993; 2006) e Kenneth Waltz (1993; 2000) destacaram-se na tentativa de demonstrar a instabilidade intrínseca da unipolaridade.³¹

Por seu turno, enquanto alguns autores realistas neoclássicos como William Wohlforth (1999) consideraram viável que a unipolaridade fosse estável e relativamente pacífica, sob a égide de um domínio norte-americano duradouro, outros como Keir Lieber & Daryl Press (2006) argumentaram sobre a necessidade de os Estados Unidos obterem a primazia nuclear como condição para a preservação da unipolaridade.³²

Para Kenneth Waltz (2000), a unipolaridade não pode durar muitas décadas exatamente porque em um sistema unipolar a ausência de ameaças sérias à potência dominante permite que ela atue em cenários que não são vitais para a manutenção de sua segurança. Ou seja, “constância de ameaça produz constância de políticas; ausência de ameaça permite à política tornar-se caprichosa”³³ Assim, com o tempo a potência unipolar tende a ter uma política de superexposição, aumentando seus custos em demasia sem que seus interesses estejam vitalmente ameaçados. A política externa norte-americana das últimas duas décadas em diversos momentos foi caracterizada por esse tipo de comportamento: nas intervenções na Somália (1991-1993), na Bósnia (1995), no Sudão (1998), no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003-atual).

Entretanto, “mesmo que uma potência dominante aja com moderação [. . .], Estados mais fracos preocupar-se-ão com seu comportamento futuro” segundo Waltz (2000, p. 28, tradução livre).³⁴ Isto é, a concentração de poder nos Estados Unidos gera um sentimento de insegurança nas potências menores, instigando-as a tentar contrabalançar a potência unipolar. Waltz demonstra, na sequência do artigo, como União Europeia, China, Japão e, em um futuro mais distante, Rússia, não só têm condições, mas já iniciaram um processo de balanceamento interno e externo em relação aos Estados Unidos, o qual apenas tornou-se mais evidente ao final da primeira década do século XXI. Ou seja, para ele, a teoria realista estrutural da política internacional se mantém e a “transformação [do sistema], todavia, aguarda o dia em que o SI não será mais de autoajuda” (Waltz, 2000, p. 29, tradução livre com adaptações).³⁵

Para Christopher Layne (1993; 2006) a instabilidade da unipolaridade ocorreria porque, segundo ele, a potência unipolar, ao tentar manter seu *status* de única potência no SI, acabaria intervindo em conflitos e balanças regionais para impedir a formação de competidores à altura. Sendo assim, ao assumir boa parte das responsabilidades de segurança dos possíveis competidores, ela criaria o que ele chama de “taxas de crescimento diferenciadas”; pois os custos de segurança das potências menores diminuiriam consideravelmente. Nesse sentido, os países aspirantes a competidores conseguiriam diminuir a diferença entre a potência unipolar e eles mesmos através desse crescimento diferenciado, alterando a distribuição de poder no médio prazo.

Em resumo, segundo os dois autores, a unipolaridade é intrinsecamente instável porque a potência unipolar se torna intervencionista — tanto para impedir a formação de possíveis rivais quanto devido à ausência de *checks and balances* — e isso tem duas consequências: a) o intervencionismo gera insegurança e acelera o mecanismo de balança de poder; b) os custos da potência unipolar aumentam significativamente devido a essa superexposição, gerando *taxas de crescimento diferenciadas*.

Contrapondo a visão acima exposta, William Wohlforth (1999, pp. 7-8) afirmou que o sistema unipolar seria durável não apenas porque nunca antes na história houve uma concentração de poder como a detida pelos Estados Unidos durante a década de 1990, o que *inibiria* as potências menores de travar uma disputa pela balança de poder *global*. A potência unipolar, ademais, para inibir a formação de hegemonias regionais, interviria em conflitos regionais em favor de países menores, tornando-se um *off-shore balancer* definitivo. Como ninguém conseguiria vencer um conflito contra uma aliança que incluísse a potência unipolar, o mecanismo da balança de poder operando nas regiões impediria a formação de “unipolaridades regionais”.

De fato, o argumento em relação às balanças regionais é forte, uma vez que sim, os Estados Unidos têm poder como *off-shore balancer* em balanças regionais e sua ação incentiva o *bandwagoning*. Resta saber se a combinação da balança de poder global (com formas diversas de balanceamentos internos e externos contra o polo dominante) e a existência de potências regionais seria suficiente para gerar uma configuração de poder mais claramente multipolar no SI. Considerando os desdobramentos da dupla invasão do Afeganistão e do Iraque, a crise

econômico-financeira iniciada em 2008 e a crescente assertividade da Rússia, China e de potências regionais, a caracterização da distribuição de capacidades no sistema internacional parece apontar claramente na direção indicada por Waltz, até porque o atributo principal da estrutura (a anarquia) se mantém.³⁶

Retrospectivamente, caberia ponderar se a bipolaridade foi de fato substituída pela unipolaridade depois de 1991, ou o foi pelo que John Mearsheimer (2001) chamou de *multipolaridade desequilibrada*. Afinal, as implicações teóricas e práticas dessa diferença são grandes. Mesmo deixando de lado as confusões decorrentes dos usos distintos do conceito de hegemonia, seria necessário especificar melhor as condições que habilitam um Estado a ser considerado analiticamente como um polo de poder. Estamos de acordo com Diniz (2007, p. 115) quando ele conclui que o critério sugerido por Schweller (1998, p. 17) tem utilidade: “Para se qualificar como polo, um Estado deve ter mais que a metade da capacidade militar do Estado mais poderoso do sistema; [...] a força combinada de quaisquer dois polos deve ser suficiente para derrotar um terceiro polo”³⁸ Não obstante, tal critério remete a uma definição relacional de poder dificilmente compatível com uma abordagem estrutural e materialista. Aqui também os critérios adotados por John Mearsheimer (2001) traduzem um compromisso mais consistente com o realismo estrutural: são polos de poder ou grandes potências aqueles países que têm as maiores forças armadas convencionais, as maiores populações, os maiores PIBs e armas estratégicas (nucleares ou funcionalmente equivalentes) com capacidade de segundo ataque.

A rigor, então, no debate sobre a unipolaridade a posição de John Mearsheimer (2001) nos pareceu mais waltziana do que a de Kenneth Waltz (1993), no sentido de que Waltz fez uma concessão à ideia de unipolaridade que talvez não tenha sido necessária ou adequada. Como veremos a seguir, isto em nada diminui a relevância de Waltz para o estudo da Política Internacional.

Conclusão

A principal contribuição metodológica de Kenneth Waltz para a área de Relações Internacionais foi o seu *modus procedendi*, sua maneira de fazer teoria e de proceder nos debates polêmicos da disciplina.

Para Waltz, teorias não são apenas coleções de axiomas, leis e hipóteses testáveis, mas um esforço humano criativo de explicação acerca de fenômenos interligados e circunscritos. As simplificações inevitáveis e necessárias a respeito da realidade e, portanto, neste sentido, a valorização de uma dose de parcimônia que o ímpeto descritivista de parte significativa do *corpus* da disciplina tende a julgar excessivo, sempre tiveram em Waltz uma compensação na maneira abrangente de julgar o progresso teórico, recusando o simplismo do princípio popperiano da falsificação e o relativismo kuhniano.

Ao adotar a ênfase lakatosiana na avaliação da produtividade explicativa e da relevância substantiva das teorias ao invés de limitar-se a testar se alguma hipótese isoladamente era falsa ou verdadeira no que se refere a sua adequação a um conjunto de “fatos” considerados pertinentes, Waltz destacou de modo cabal a interdependência entre fatos e teorias contra o empiricismo positivista vulgar. Citando um biólogo molecular, ele lembrou em 1997 que o conhecimento da realidade, ou seja, a identificação de estruturas e interações entre sujeitos, somente era possível por meio da “destruição seletiva de informação” (Waltz, 2008, p. 84). As teorias sobre a política internacional somente deveriam ser substituídas por outras teorias, melhores do ponto de vista de sua capacidade de explicar os padrões recorrentes e observáveis da realidade que elas se propõem a explicar, e não abandonadas em função de experimentos e testes estatísticos que dependem da capacidade incerta de se saber se a cláusula *ceteris paribus* se manteve firme ou não naquele teste específico.

Por outro lado, ao renovar a crítica ao positivismo vulgar presente em manuais influentes de metodologia de pesquisa em Ciências Sociais, como o de King, Keohane & Verba (1994), nosso autor não incorre no erro de substituir a discussão sobre o valor explicativo intrínseco de uma teoria pelo recurso a uma versão mais ou menos vulgar de Sociologia do Conhecimento, que procuraria validar ou impugnar argumentos meramente em função do lugar social a partir de onde eles são proferidos.³⁸ Explicitamente Waltz recusou-se a aplicar o critério kuhniano de explicação das revoluções científicas para áreas de ciência pré-paradigmáticas como as Ciências Sociais. Para dizê-lo claramente, Waltz recusa como inconsistente e sem sentido a ideia de um “paradigma realista” que poria o seu programa de pesquisa e o de Hans Morgenthau, por exemplo, sob um mesmo teto intelectual.³⁹

Em todas as polêmicas em que esteve envolvido, Waltz foi sempre um crítico respeitoso, porém firme e implacável, das inconsistências lógicas e empíricas da produção intelectual no âmbito das Relações Internacionais. De fato, sua exigência simultânea de rigor lógico e de uma visão macro em relação ao labor de teorizar sobre a política internacional sempre desconcertou comentadores de todos os quadrantes, mas ali residiu justamente, em nosso juízo, parte importante de sua importância para a área de Relações Internacionais como um todo.

Antes de encerrarmos, vale reiterar uma nota geral de cautela. Como se sabe, nenhum resumo ou introdução substitui a leitura dos originais, o que recomendamos fortemente no caso de Waltz.

Referências

- ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. In: KEOHANE, Robert (ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, pp. 255-301, 1986.
- AVILA, Fabricio; CEPIK, Marco & MARTINS, Jose Miguel. Armas estratégicas e distribuição de capacidades no Sistema Internacional: o caso das armas de energia direta e a emergência de uma ordem multipolar. *Contexto Internacional*, vol. 31 n.º 1, pp. 1-31.
- BROOKS, Stephen & WOHLFORTH, William. *World out of balance: international relations and the challenge of American primacy*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- COX, Robert. Social forces, States and world orders: beyond international relation theory. In.: KEOHANE, Robert (ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, pp. 204-55, 1986.
- DINIZ, Eugenio. *Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2007.
- . Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. *Contexto Internacional*, vol. 28 n.º 2, pp. 505-65.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*, vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1998.
- GRIECO, Joseph. *Cooperation among nations*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- HOPF, Ted. Polarity, the offense-defense balance, and war. *American Political Science Review*, vol. 85, n.º 2, pp. 476-93, 1991.
- JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. *World Politics*, vol. 30, n.º 2, pp. 167-214, 1978.
- KAUFMAN, Stuart; LITTLE, Richard & WOHLFORTH, William. *The balance of power in world history*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- KEOHANE, Robert. Theory of world politics: structural realism and beyond. In: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, pp. 158-203, 1986.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O. & VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- LAYNE, Christopher. The unipolar illusion revisited: the coming end of the United States' unipolar moment. *International Security*, vol. 31, n.º 2, pp. 7-41 (Fall 2006).
- . The unipolar illusion: why new great powers will rise. *International Security*, vol. 17, n.º 4, 1993.
- LEVY, Jack. Declining power and the preventive motive for war. *World Politics*, vol. 40, n.º 1, pp. 82-107, 1987.
- LIEBER, Keir & PRESS, Daryl. "The end of MAD? The nuclear dimension of U.S. primacy". *International Security*, vol. 30, n.º 4, pp. 7-44, 2006.
- MEARSHEIMER, John. Conversations in international relations: interview with John J. Mearsheimer (Part I). *International Relations*, vol. 20, n.º 1, pp. 105-23, 2006.
- . *The tragedy of great power politics*. Nova York: Norton, 2001.
- MORGENTHAU, Hans J. *Política entre as nações*. Brasília: Editora da UNB, 2003. [1948].
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999. [1965].
- POSEN, Barry. *The sources of military doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars*. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. *World Politics*, vol. 51, n.º 1, pp. 144-72, 1998.
- SCHWELLER, Randall. Neorealism's status-quo bias: what security dilemma?. *Security Studies*, vol. 5, n.º 3, pp. 90-121, 1996.
- . The progressiveness of neoclassical realism. In: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam (eds.). *Progress in international relations theory: appraising the field*. Cambridge: MIT Press, pp. 311-47, 2003.
- . *Deadly Imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest*. Nova York: Columbia University Press, 1998.
- . New Realist research on alliances: refining, not refuting Waltz's balancing proposition. *American Political Science Review*, vol. 91, n.º 4, 1997.

- SNYDER, Jack. *Myths of empire: domestic politics and international ambition*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- VAN EVERA, Stephen. *Causes of war: power and the roots of conflict*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- VASQUEZ, John. The realist paradigm and degenerative versus progressive research programs: an appraisal of neotraditional research on Waltz's balancing proposition. *American Political Science Review*, vol. 91, n.º 4, 1997.
- WALT, Stephen. *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press, 1990. [1987].
- WALTZ, Kenneth. *Man, the State, and war: a theoretical analysis*. Nova York: Columbia University Press, 1959.
- . *O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. [1959].
- . *Realism and international politics*. Nova York: Routledge, 2008.
- . *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002. [1979].
- . *Theory of international politics*. Nova York: McGraw-Hill, 1979.
- WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. *International Security*, vol. 24, n.º 1, 1999.
- ZAKARIA, Fareed. Realism and domestic politics: a review essay. In: BROWN, Michael; LYNN-JONES, Sean & MILLER, Steven (eds.). *The perils of anarchy: contemporary realism and international security*. Cambridge: MIT Press, pp. 462-83, 1995.
- ZAKARIA, Fareed. *From wealth to power: the unusual origins of America's world role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

Notas

¹ “Os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais. Mas, de qualquer forma, as estruturas são definidas não por todos os atores que florescem dentro delas, mas pelos mais importantes. [...] A importância dos atores não estatais e a extensão das atividades transnacionais são óbvias. A conclusão de que o conceito, em relações internacionais, de Estado centralizado é tornado obsoleto [contudo] não tem fundamento” (Waltz, 2002, p. 133). Na edição original: “States are not and never have been the only international actors. But then structures are defined not by all of the actors that flourish within them but by the major ones. [...] The importance of nonstate actors and the extent of transnational activities are obvious. The conclusion that the state-centric conception of international politics is made obsolete by them does not follow” (Waltz, 1979, pp. 93-4).

² A formação universitária inicial em matemática e economia ajudou a fixar o estilo claro e o rigor lógico das ideias de Waltz, mas também o alertaram para os limites de qualquer teorização sobre a política internacional que tentasse prescindir do conhecimento histórico e da reflexão filosófica.

³ A presente nota biográfica foi baseada em informações disponíveis em entrevista de Kenneth Waltz concedida ao Instituto de Estudos Internacionais de Berkeley (disponível em <<http://globetrotter.berkeley.edu/people3/Waltz/waltz-con2.html>>; último acesso em 10 de fevereiro de 2009) e também no sítio internet do Instituto Arnold Saltzman de Estudos sobre a Paz e a Guerra da Universidade de Columbia (disponível em <<http://www.columbia.edu/cu/siwps/faculty3.htm>>; último acesso em 10 de fevereiro de 2009).

⁴ Quando citarmos algum dos artigos ou capítulos daquele livro, mencionaremos o título por extenso para situar o leitor e remeteremos às páginas do livro onde foi reproduzido o original. Por exemplo, cf. o ensaio Kant, liberalism, and war (1962), em WALTZ (2008, pp. 3-18).

⁵ Os dois livros mais importantes de Kenneth Waltz estão disponíveis em língua portuguesa. A edição brasileira de *Man, the State, and war: a theoretical analysis* (1959) apareceu em 2004, pela editora Martins Fontes. A edição portuguesa de *Theory of international politics* (1979) que consultamos foi publicada em Lisboa pela editora Gradiva em 2002. Optamos por seguir as traduções destas edições nas citações de trechos originais de Waltz, salvo indicação em contrário. Os trechos originais foram reproduzidos para cotejamento. Note-se que a edição portuguesa de *Theory of international politics* recebeu o desconcertante título de “Teoria das relações internacionais” (*sic*), o qual contraria justamente o aspecto central da proposição de Waltz, que argumenta explicitamente contra a viabilidade de uma teoria abrangente das relações internacionais e procura circunscrever sua tarefa à tentativa de formulação de uma teoria explicativa da política internacional. Para uma introdução à obra de Waltz no contexto de discussão sobre as teorias realistas da balança de poder, ver Diniz (2007, pp. 42-77).

⁶ Na edição original: “The vogue of an image varies with time and place, but no single image is ever adequate” (1959, p. 225).

⁷ No original: “the psychological factor is too general to predetermine the course of social phenomena” (Durkheim, apud: Waltz, 1959, p. 28).

⁸ A palavra *necessário* é aqui utilizada no sentido lógico, como em “condição necessária”, e não em sentido normativo. No original, “That among particularities accidents will occur is not accidental, but necessary: [...] in anarchy there is no automatic harmony” (1959, p. 182).

⁹ No original, “according to the third image, there is a constant possibility of war in a world in which there are two or more states seeking to promote a set of interests and having no agency above them [...]” (1959, p. 227).

¹⁰ No original, “the concept of structure is based on the fact that units differently juxtaposed and combined behave differently and in interacting produce different outcomes” (1979, p. 81).

¹¹ Para ilustrar esse ponto, Waltz utiliza a noção de Alfred E. Kahn da “tirania das pequenas decisões”: “Uma de muitas pessoas pode escolher conduzir o seu carro em vez de andar de comboio. Os carros oferecem flexibilidade horária e na escolha dos destinos; contudo, às vezes, com mau tempo, por exemplo, o serviço de caminhos de ferro é uma escolha mais conveniente. O resultado de a maioria das pessoas, normalmente, conduzir carro próprio [...] é reduzir o serviço de passageiros. Esse resultado não é o que a maioria quer”, mas é a resultante (2002, p. 151). Cf. o original: “Each of many persons may choose to drive a private car rather than take a train. Cars offer flexibility in scheduling and in choice of destination; yet at times, in bad weather for example,

railway passenger service is a much more wanted convenience. [. . .] The result of most people usually driving their own cars [. . .] is to reduce passenger service. These results may not be what most people want” (1979, p. 108). Atualizando o exemplo, todos sabem que se cada um colaborar um dia e não ir trabalhar de carro, as condições de tráfego com certeza melhorariam. No entanto, nada as compele a assim fazer, pelo contrário, elas são constrangidas a agir desta maneira, pois ninguém coopera e, sendo assim, ao escolher o coletivo elas “pagariam” pelo benefício de outrem. Todos são a favor de menos tráfego, assim como o são em relação à paz mundial. No entanto, não é esse o curso da ação realizada pelos atores e esse é o ponto de Waltz, que aplicou conscientemente a problematização de Mancur Olson (1999 [1965]) sobre os dilemas de ação coletiva aos problemas internacionais.

¹² Cf. com o original, “Hierarchy entails relations of super- and subordination among a system’s parts, and that implies their differentiation. [. . .] Anarchy entails relations of coordination among a system’s units, and that implies their sameness” (1979, p. 93).

¹³ No original, “the units of such an order [anarchic] are then distinguished primarily by their greater or lesser capabilities for performing similar tasks” (1979, p. 97).

¹⁴ No original, “a self-help system is one in which those who do not help themselves, or who do so less effectively than others, will fail to prosper [. . .]” (1979, p. 118).

¹⁵ Cf. com o original, “To achieve their objectives and maintain their security, units in a condition of anarchy [. . .] must rely on the means they can generate and the arrangements they can make for themselves. Self-help is necessarily the principle of action in an anarchic order” (1979, p. 111).

¹⁶ Que fatores os Estados levam em conta quando decidem seus respectivos cursos de ação (as capacidades, a premência das ameaças, a disponibilidade de aliados potenciais, etc.), quais os comportamentos prevalentes ao longo da história e quais as finalidades primárias dos Estados (maximização do poder ou da segurança) são pontos polêmicos nas teorias realistas e estruturais da balança de poder. Ver, além de Waltz (2008), Walt (1987), Schweller (1994), Mearsheimer (2001), Kaufman; Little & Wohlforth (2007) e Brooks & Wohlforth (2008).

¹⁷ No original, “The expectation is not that a balance, once achieved, will be maintained, but that a balance, once disrupted, will be restored in one way or another” (1979, p.128).

¹⁸ A crítica metodológica refere-se ao fato de Waltz não testar a teoria da balança do poder em seu livro. “His theory is so general that it hardly meets the difficult tests he himself establishes for theory. [. . .] Such tests are not proposed for balance of power theory: «Because only a loosely defined and inconstant condition of balance of power is predicted, it is difficult to say that any given distribution of power falsifies the theory»” (Keohane, 1986, p. 172 e Waltz, 1979, p. 124, apud: Keohane). Já a crítica referente à convergência entre o realismo estrutural e o realismo em geral residiria no fato de que, para Keohane, há uma ambiguidade na definição de Waltz acerca da motivação dos Estados. Segundo ele, Waltz seria ambíguo ao afirmar que Estados “no mínimo buscam sua própria preservação e no máximo, dominação universal”. A primeira motivação seria coerente com a balança de poder para Keohane, mas a segunda seria desnecessária. Em sendo desnecessária, o pressuposto de que Estados que

maximizam segurança e não poder tornaria a teoria da balança do poder inconsistente com o realismo. Ver em Keohane (1986, p. 174). A resposta de Waltz a esta crítica é bastante simples: ele não considera o seu programa de pesquisa realista estrutural como parte de alguma espécie de paradigma realista ou escola de pensamento realista unificada.

¹⁹ O termo *fungibility*, usado por Keohane, é mais recorrente na esfera do direito civil, mas, na falta de termo melhor e, levando em consideração a manutenção do significado na tradução, utilizaremos fungibilidade. “Fungibilidade: 1) Qualidade da coisa móvel que pode ser substituída por outra da mesma espécie, qualidade e quantidade. 2) Propriedade do que é substituível em virtude de sua qualidade material, função, natureza, etc.” (Diniz, 1998, p. 633).

²⁰ No original: “Given state interests, whose origins are not predicted by the theory, patterns of outcomes in world politics will be determined by the overall distribution of power among states”.

²¹ Cf. “The desire for parsimonious theory impels Realists toward a unitary notion of Power as homogenous and usable for a variety of purposes [. . .]”.

²² Cf. “This leads to [. . .] a much more highly differentiated view of the world, in which [. . .] «issue-structure» theories play a major role and in which military force [. . .] is no longer [. . .] at the top of a hierarchy of power resources”.

²³ No original, “Their rank depends on how they score on all of the following items: size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence” (1979, p. 131).

²⁴ Segundo John Mearsheimer (2006, p. 112), Waltz na verdade não adota o modelo do ator racional, por isso sua teoria não se presta à explicação de ações pontuais de política externa. Mearsheimer alega que sua teoria (realismo ofensivo) explica tanto resultados internacionais quanto decisões de política externa (aparentemente, o autor se refere a todas as decisões de política externa, das mais gerais às mais específicas), uma vez que ele adota o modelo do ator racional. Randall Schweller (2003, pp. 324-5) corrobora a posição de Mearsheimer, pois afirma que Waltz rejeita a alegação de que os Estados necessariamente se comportam de maneira racional. Keohane (1986, p. 173), ao contrário, reconhece de maneira mais correta que Waltz utiliza uma concepção racional do comportamento dos Estados, uma vez que só assim seria possível generalizar o comportamento através da “maximização de segurança”.

²⁵ Cf. “It explicitly incorporates both external and internal variables, updating and systematizing certain insights drawn from classical realist thought. Its adherents argue that the scope and ambition of a country’s foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities. This is why they are realist. They argue further, however, that the impact of such power capabilities on foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level. This is why they are neoclassical”.

²⁶ Cf. “If you look closely at the theories of defensive realists like Pose, Snyder, and Van Evera you see that their work conforms closely to the basic Waltzian template described above. Specifically, they argue that systemic logic can explain some of what happens in world politics, but a great deal of state behavior cannot be explained by realism. Therefore, we need an alternative theory, a theory of foreign policy, to explain those cases where states fail to act rationally. To that end, Posen relies on organization theory, Snyder on domestic

kenneth waltz ♦ 115

railway passenger service is a much more wanted convenience. [. . .] The result of most people usually driving their own cars [. . .] is to reduce passenger service. These results may not be what most people want” (1979, p. 108). Atualizando o exemplo, todos sabem que se cada um colaborar um dia e não ir trabalhar de carro, as condições de tráfego com certeza melhorariam. No entanto, nada as compele a assim fazer, pelo contrário, elas são constrangidas a agir desta maneira, pois ninguém coopera e, sendo assim, ao escolher o coletivo elas “pagariam” pelo benefício de outrem. Todos são a favor de menos tráfego, assim como o são em relação à paz mundial. No entanto, não é esse o curso da ação realizada pelos atores e esse é o ponto de Waltz, que aplicou conscientemente a problematização de Mancur Olson (1999 [1965]) sobre os dilemas de ação coletiva aos problemas internacionais.

¹² Cf. com o original, “Hierarchy entails relations of super- and subordination among a system’s parts, and that implies their differentiation. [. . .] Anarchy entails relations of coordination among a system’s units, and that implies their sameness” (1979, p. 93).

¹³ No original, “the units of such an order [anarchic] are then distinguished primarily by their greater or lesser capabilities for performing similar tasks” (1979, p. 97).

¹⁴ No original, “a self-help system is one in which those who do not help themselves, or who do so less effectively than others, will fail to prosper [. . .]” (1979, p. 118).

¹⁵ Cf. com o original, “To achieve their objectives and maintain their security, units in a condition of anarchy [. . .] must rely on the means they can generate and the arrangements they can make for themselves. Self-help is necessarily the principle of action in an anarchic order” (1979, p. 111).

¹⁶ Que fatores os Estados levam em conta quando decidem seus respectivos cursos de ação (as capacidades, a presença das ameaças, a disponibilidade de aliados potenciais, etc.), quais os comportamentos prevalentes ao longo da história e quais as finalidades primárias dos Estados (maximização do poder ou da segurança) são pontos polêmicos nas teorias realistas e estruturais da balança de poder. Ver, além de Waltz (2008), Walt (1987), Schweller (1994), Mearsheimer (2001), Kaufman; Little & Wohlforth (2007) e Brooks & Wohlforth (2008).

¹⁷ No original, “The expectation is not that a balance, once achieved, will be maintained, but that a balance, once disrupted, will be restored in one way or another” (1979, p.128).

¹⁸ A crítica metodológica refere-se ao fato de Waltz não testar a teoria da balança do poder em seu livro. “His theory is so general that it hardly meets the difficult tests he himself establishes for theory. [. . .] Such tests are not proposed for balance of power theory: «Because only a loosely defined and inconstant condition of balance of power is predicted, it is difficult to say that any given distribution of power falsifies the theory.»” (Keohane, 1986, p. 172 e Waltz, 1979, p. 124, apud: Keohane). Já a crítica referente à convergência entre o realismo estrutural e o realismo em geral residiria no fato de que, para Keohane, há uma ambiguidade na definição de Waltz acerca da motivação dos Estados. Segundo ele, Waltz seria ambíguo ao afirmar que Estados “no mínimo buscam sua própria preservação e no máximo, dominação universal”. A primeira motivação seria coerente com a balança de poder para Keohane, mas a segunda seria desnecessária. Em sendo desnecessária, o pressuposto de que Estados que

maximizam segurança e não poder tornaria a teoria da balança do poder inconsistente com o realismo. Ver em Keohane (1986, p. 174). A resposta de Waltz a esta crítica é bastante simples: ele não considera o seu programa de pesquisa realista estrutural como parte de alguma espécie de paradigma realista ou escola de pensamento realista unificada.

¹⁹ O termo *fungibility*, usado por Keohane, é mais recorrente na esfera do direito civil, mas, na falta de termo melhor e, levando em consideração a manutenção do significado na tradução, utilizaremos fungibilidade. “Fungibilidade: 1) Qualidade da coisa móvel que pode ser substituída por outra da mesma espécie, qualidade e quantidade. 2) Propriedade do que é substituível em virtude de sua qualidade material, função, natureza, etc.” (Diniz, 1998, p. 633).

²⁰ No original: “Given state interests, whose origins are not predicted by the theory, patterns of outcomes in world politics will be determined by the overall distribution of power among states”.

²¹ Cf. “The desire for parsimonious theory impels Realists toward a unitary notion of Power as homogenous and usable for a variety of purposes [. . .]”.

²² Cf. “This leads to [. . .] a much more highly differentiated view of the world, in which [. . .] «issue-structure» theories play a major role and in which military force [. . .] is no longer [. . .] at the top of a hierarchy of power resources”.

²³ No original, “Their rank depends on how they score on all of the following items: size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence” (1979, p. 131).

²⁴ Segundo John Mearsheimer (2006, p. 112), Waltz na verdade não adota o modelo do ator racional, por isso sua teoria não se presta à explicação de ações pontuais de política externa. Mearsheimer alega que sua teoria (realismo ofensivo) explica tanto resultados internacionais quanto decisões de política externa (aparentemente, o autor se refere a todas as decisões de política externa, das mais gerais às mais específicas), uma vez que ele adota o modelo do ator racional. Randall Schweller (2003, pp. 324-5) corrobora a posição de Mearsheimer, pois afirma que Waltz rejeita a alegação de que os Estados necessariamente se comportam de maneira racional. Keohane (1986, p. 173), ao contrário, reconhece de maneira mais correta que Waltz utiliza uma concepção racional do comportamento dos Estados, uma vez que só assim seria possível generalizar o comportamento através da “maximização de segurança”.

²⁵ Cf. “It explicitly incorporates both external and internal variables, updating and systematizing certain insights drawn from classical realist thought. Its adherents argue that the scope and ambition of a country’s foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities. This is why they are realist. They argue further, however, that the impact of such power capabilities on foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level. This is why they are neoclassical”.

²⁶ Cf. “If you look closely at the theories of defensive realists like Pose, Snyder, and Van Evera you see that their work conforms closely to the basic Waltzian template described above. Specifically, they argue that systemic logic can explain some of what happens in world politics, but a great deal of state behavior cannot be explained by realism. Therefore, we need an alternative theory, a theory of foreign policy, to explain those cases where states fail to act rationally. To that end, Posen relies on organization theory, Snyder on domestic

regime type, and Van Evera on militarism. Each is filling in the foreign policy theory box in Waltz's basic architecture. In short, defensive realists combine unit-level and system-level theories to explain how the world works".

²⁷ Ver, por exemplo, os ensaios *Globalization and governance* (1999) e *Structural realism after the cold war* (2000), ambos reproduzidos em Waltz (2008, pp. 239-45 e 197-229).

²⁸ Cf. o ensaio *The continuity of international politics* (2002), reproduzido em Walt (2008, pp. 246-50).

²⁹ Wohlforth (1999) argumentou quanto à concentração de poder nunca antes vista no SI. Tanto no período "hegemônico" britânico quanto no período bipolar, Wohlforth procurou demonstrar que as diferenças entre o polo mais poderoso e os demais polos eram menores do que as existentes entre os Estados Unidos e todos os demais países na década de 1990.

³⁰ Para uma discussão competente que chega a conclusões distintas das nossas, ver Diniz (2007, pp. 100-16). Também discordando do diagnóstico sobre a natureza unipolar do sistema internacional contemporâneo, remetemos o leitor para o importante artigo de Diniz (2006, pp. 505-65).

³¹ Em 1993, Waltz publicou um artigo intitulado "The emerging structure of international politics". No entanto, naquele trabalho o autor não aprofundou o debate sobre as características intrínsecas da unipolaridade, o que faria em 2000. Na ocasião do artigo de 1993 ele tratou principalmente dos mecanismos que levaram à queda da URSS e das razões pelas quais Alemanha, Japão e China tenderiam a balancear o poder norte-americano. Destaca-se no artigo de 1993 a pequena importância atribuída à China, situando em um futuro distante, porém inevitável, a sua ascensão à condição de grande potência.

³² Para uma crítica da tese sobre a viabilidade da primazia nuclear e da própria percepção de que, uma vez obtida, ela seria condição suficiente para garantir a unipolaridade, ver Avila; Cepik & Martins (2009).

³³ "Constancy of threat produces constancy of policy; absence of threat permits policy to become capricious" (Waltz, 2000, p. 29).

³⁴ No original: "Even if a dominant power behaves with moderation [. . .], weaker states will worry about its future behavior".

³⁵ Cf. no original: "Transformation [of the system], however, awaits the day when the international system is no longer populated by states that have to help themselves [. . .]".

³⁶ Cf. a seguinte assertiva: "se um Estado atinge a hegemonia, o sistema deixa de ser anárquico e torna-se hierárquico" (Mearsheirmer, 2001, p. 34),

³⁷ Pelo contrário a definição de Wohlforth (1999:09) é ainda mais genérica que a de Waltz (1979) e arrisca ser tautológica: "Unipolaridade é uma estrutura na qual as capacidades de um Estado são muito grandes para ser contrabalançadas. [. . .] Ao mesmo tempo, elas não são tão concentradas ao ponto de produzir um império global".

³⁸ Em sua polêmica de 1986 com Richard Ashley & Robert Cox, Waltz afirmou com séria ironia não ter nenhum problema com o desejo dos dois autores transformarem o mundo, mas que no meio tempo em isso demoraria a ocorrer nós ainda teríamos a tarefa de explicar o mundo no qual vivemos. Cf. o ensaio *Reflections on theory of international politics: a response to my critics* (1986), reproduzido em Waltz (2008, pp. 37-55).

³⁹ Cf. os ensaios *Evaluating theories* (1997) e *Thoughts about assaying theories* (2003), em Waltz (2008, pp. 83-95).

buzan, wæver e a escola de copenhagen: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional*

RAFAEL DUARTE VILLA
NORMA BREDAS DOS SANTOS

DAS MAIS INFLUENTES CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO DA segurança internacional têm sido realizadas pela Escola de Copenhague (EC). Ao contrário de outras tradições intelectuais, como o realismo e o liberalismo, os enfoques e os conceitos utilizados pela EC não se filiam a uma única tradição intelectual. A Escola reúne intelectuais ligados ao Copenhagen Peace Research Institute (Copri) que, desde o início dos anos 1990, buscou criar e divulgar novos quadros teóricos, em boa medida normativos, com várias publicações coletivas nas quais o foco é a segurança europeia (Buzan et al., 1990; Lemaitre & Wæver, 1987; Wæver, Lemaitre & Tromer, 1989; Wæver, 1995a; 1996; 1998). Graças à liderança de Barry Buzan e Olef Wæver,¹ sobretudo, a Escola encaminhou uma agenda que renovou os estudos de segurança internacional, mantendo certa fidelidade e continuidade aos princípios básicos do realismo, inserindo *insights* sociológicos e ganhando maior complexidade e diversidade ao longo do tempo.²

A EC está marcada, no mínimo, por três aspectos importantes: (i) agrupou intelectuais que têm como preocupação a abrangência setorial da segurança internacional; (ii) buscou estabelecer bases conceituais autônomas para refletir sobre a segurança europeia, afastando-se da visão norte-americana, que se centra no interesse e na segurança nacionais (Wæver, 1993 et al.; 1995a; 1996; 1998), e (iii) firmou um debate sobre teoria das relações internacionais voltado para abordagens mais críticas,